

Correio da Manhã

Impresso em papel da Casa NORDSKOG & C. — Christiania.

Director — EDMUNDO BITTENCOURT

Impresso em papel de HOLMBERG, BECH & C. — Stockholm e Rio

ANNO XIV — N. 5.922

RIO DE JANEIRO — QUINTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1915

Redacção — Rua do Ouvidor, 162

Endereço telegraphico: — "CORREOMANHã"

REFORMA ELEITORAL

Não ha, no mundo politico, quem não esteja convencido da necessidade de reformar, e já, a lei eleitoral. A ultima experiencia foi de ordem a desmoralizar de todo a lei vigente. Como bem disse o presidente da Republica, na sua Mensagem, "o pleito de 30 de janeiro constitue um valiosissimo e irrefragavel argumento de que se valerão os que clamam justamente contra a deturpação de nossos costumes politicos e propugnam pela reforma eleitoral", pelo que, conclue o presidente, "esta reforma se impõe hoje mais que nunca". E' assumpto de que se deve occupar logo o Congresso. Mas, para a reforma possa dar bom resultado, ponderam quanto convierem as condições do povo brasileiro para o desempenho da função politica do voto e querem sinceramente melhores eleições, é preciso voltarmos ao casso alto, ao casso da lei Saravá. E' tem razão os que assim pensam.

Levantam-se a objecção de que o casso alto, ou qualquer casso, é contrario á Constituição. Já uma vez, tendo o sr. Glycerio, de cujo liberalismo e republicanismos a ninguém é lícito duvidar, proposto uma reforma da Constituição fizeram-lhe tal guerra que o projecto não foi por diante. Entretanto, sejam quaes forem as condições que uma lei ordinaria estabeleça para o exercicio do direito de voto, não violam nenhum preceito constitucional. O senador paulista sustentou-o de modo irresponsavel. A Constituição, declarando no art. 70, que "são eleitores os cidadãos maiores de 21 annos", não faz mais que fixar a maioridade politica; quanto, porém, aos requisitos do alistamento, cixam-o ao legislador ordinario. Lá mesmo está o art. 34 n. 22 conferindo expressamente ao Congresso competência para: "regular as condições e o processo da eleição para os cargos federaes em todo o paiz", artigo aliás superfluo porque essa attribuição se contém na de "decretar leis organicas para a execução da Constituição". A propria disposição acima referida, que declara eleitores todos os maiores de 21 annos, subordina o direito activo do voto á condição do alistamento na forma da lei. Desta arte, ainda em face do art. 70, que é o principal argumento dos que, por esse lado, combatem o casso, não ha motivo para taxal-o de inconstitucional; e toda a duvida desaparece, combinando essa disposição com o supracitado art. 34 n. 22, que dá ao Congresso competência para regular as condições e o processo da eleição.

Repetimos o que já tantas vezes temos dito, que se for necessario, para termos eleições regulares, decentes, exerce o cidadão, que pretenda ser eleito, prova de renda ou de pagamento de imposto, não o impõe a Constituição. Esta não é obstáculo á salutar reforma. Tranquilizem-se os escrupulosos respeitadores da lei constitucional neste casso, que são, todavia, na sua grande maioria, os mesmos que mais a têm violado e a estão violando todos os dias. A Constituição é sempre invocada para embaraçar e impossibilitar o bem, mas torcida, sophismada, ultrajada, infringida para o mal, sempre que este serve ás conveniências pessoais ou partidarias. Essa invocação da Constituição para impedir reformas legais e medidas honestas é vella. Já, em 1845, dizia a tribuna da Camara dos Deputados o illustre parlamentar Gabriel Rodrigues dos Santos: "Vou quasi tendo medo da Constituição; vou vendo que ella não pôde dar ao paiz aquillo que promette. Toda a idea nobre e grande que se apresenta achá quem diga que a Constituição se oppõe a ella".

Mas, se não é possível vencer os escrupulosos constitucionais dos adversarios, do casso alto, ao menos se fixem normas e se adoptem providencias que assegurem a observancia fiel do requisito de saber ler e escrever para poder ser eleito, torne-se a sua prova uma coisa seria e uma realidade. Para isto tize-se o alistamento das juntas para confial-o ao poder judiciario, mediante processos singulares em que peça cada cidadão a sua inclusão, provando por essa occasião que não é analfabeto. Teremos deste modo um corpo eleitoral mais bem constituído, aproximando-se de que já tivemos com a lei de 9 de janeiro de 1881. Num paiz onde a maioria é de analfabetos, raro é o cidadão como os primeiros rudimentos de instrução elemental que não tenha de renda ou não ganhe duzentos mil réis annuaes, que era o que exigia aquella lei, de accordo com a Constituição do Imperio, para o brasileiro ser eleito.

Portugal (escudos)	15000
Brasilia	2000
Buenos Aires (pesos)	4000
Curitiba	3000
Alfama escudo em moeda	15000
Extremadura	15000
Bencario	15000
Caixa maritima	15000

HOJE

Está de serviço na Repartição Central de Polícia o 3.º delegado auxiliar.

A carne

Para a carne bovina posta hoje á venda nos açougues da capital foi affixado o preço de \$40, devendo ser cobrado ao publico o maximo de \$40.

Carneiro, \$300; porco, \$200 e 15; vitello, \$600 e \$800.

UMA BOA ESCOLHA

Acha-se escollido para succeder ao sr. Dantas Barreto, na administração pernambucana, o sr. Manoel Barboza.

O relevo que o grande Estado do Norte adquiriu na politica nacional por effeito da acção honesta e moralizadora do seu actual gestor, faz com que todas as vistas se voltem para o facto hoje noticiado, sobretudo pela alta significação da escolha do sr. Barboza para a obra superior e eminentemente republicana da administração que está sendo na vida democratica do paiz um exemplo de integridade, probidade, decoreza, bem comprehendido patriotismo. De facto, a indicação do nome do sr. Manoel Barboza é um testemunho de nobre conduta por parte do sr. Dantas Barreto.

Comprehendendo o espirito do regimen repelle e exclue as impoções de natureza pessoal, por via de regra irritantes e hostis ao interesse publico, o general Dantas Barreto, na escolha do pernambucano que lhe succederá no governo, escolheu a voz, acouche a opinião dos seus amigos da bancada do forte Itaipu na Camara federal, havendo nesse processo uma forma, ainda que indirecta, de apello e consideração ao povo de que aquelles são os legittimos mandatuários.

Nestes tempos de ambições desmedidas, através das quaes a nossa politica partidaria se caracteriza pelo aspecto selvagem das lutas no terreno das posições, a norma adoptada pelo sr. Dantas Barreto, no perfeito accordo com o partido que o elegem, tem a significação de uma grande lealdade, collocando em maior destaque ainda, se possível, o typo moral do homem que reabilita a terra de Frei Caneca.

S. ex., que, como poucos, tem feito administração escudada de partidaria, beneficiando seu Estado sem esquivar amigos e correligionarios, jamais esqueceu a necessidade de se apoiar em elementos disciplinados; o dali o espirito de solidariedade dos que o cercam e que não uiam em aplaudir a escolha do sr. Manoel Barboza.

Foi por conhecer o caracter leal do sr. Dantas Barreto que já uma vez por esta mesma columna, alludindo ao problema da successão de S. ex., dissemos que não falavam, no numero dos velhos republicanos do Pernambuco e dos que se bateram pela queda da politica que desbaratava o nome e a honra do grande Estado do Norte, espiritos capazes de assumir a responsabilidade da continuação da obra meritoria do actual governador.

Foi, effectivamente, no circulo dos velhos republicanos, que S. ex. encontrou o seu successor. O sr. Manoel Barboza é portador das melhores condições para o exercicio da função governamental.

Superior á politica de campanario, industrial e conhecido portanto muito de perto as necessidades economicas do meio pernambucano, combatente dos tempos da propaganda, com um vivo sentimento do direito e da justiça, S. ex. agrupa todos os prediosos para gerir com elevação e proveito sua grande e alta função.

É certo que, recentemente, devessem exigir dos que se destinam a governar provas de competencia no que se refere a sciencia financeira, porque o desbarato do nosso credito pessoal sobretudo da inspecção no emprego e na conservação dos dinheiros publicos, basta que nos recordemos da papel saliente do sr. Manoel Barboza, na passada legislatura, na qualidade de membro da commissão de Finanças da Camara dos Deputados. Essa brilhante pagina da vida parlamentar do representante de Pernambuco é sufficiente para, no attento dos dinheiros publicos, autenticamente assignar a sua orientação.

Memo no declínio de seu governo, o sr. Dantas Barreto não cessou de revelar suas brilhantes qualidades. S. ex., que ascendeu ao poder no fastio de um largo movimento de reconstituição popular, vez deixamos por não um eloquento exemplo de lealdade para com aquelles que a elegeram.

Edificante essa conduta que devesse valer por um ensinamento moral para aquelles que fazem da politica a arte da traição.

Aplaudindo sinceramente a escolha do sr. Manoel Barboza, que é, sem duvida, um dos nossos melhores parlamentares, não sabemos a quem dar parabens, se ao escollido, que teve a oportunidade de ser útil ao seu Estado, ou se a este, que logrará ao certo a fortuna de uma administração que será, sem duvida, a continuação do actual, nobilitada pelos meritos processos de honra e dedicação á causa publica e amor á Republica.

Escreve-nos o dr. Ruydavia Correa: "Sr. redactor.

Li o topico do Correio da Manhã de hoje, com respeito á parte da Mensagem Presidencial que allude á opo-

rações feitas pelo Banco do Brasil, no anno passado, afim de evitar uma queda brusca da taxa de cambio.

Faz-se preciso restabelecer a verdade. A quantia de £ 1.980.000 representada, não a importância de casso do emprestimo negociado pelo ultimo governo e não realizado, mas o valor total das cambias, vendidas a prazo pelo Banco do Brasil, as quaes o mesmo acabou de liquidar integralmente, conforme consta da Mensagem e do relatório da directoria do Banco. Com as negociações do emprestimo que foram por mim dirigidas, quando ministro da Fazenda, não se despendeu um penny, a não ser com o pagamento do custo dos telegrammas trocados.

O sr. dr. José Carlos Rodrigues esteve na Europa, officiosamente, recebendo copia de toda a minha correspondencia com os nossos agentes financeiros e de economia de prestar aos mesmos quaesquer esclarecimentos que elles, de prompto, necessitassem.

Por esse bom serviço, patrioticamente prestado, nenhuma remuneração recebeu; assim como — repito — não houve despesa alguma para os cofres publicos com essas negociações.

Certo que publicarei estas declarações, que renovem as suspeitas da vossa local, subverneo com consideração — Ruydavia Correa."

Na primeira paginadora do Thezouro Nacional effectue-se amanhã os pagamentos do Municipio Militar e Civil da Marinha e da Guerra.

O João Galvão, o famoso scroce que encheu as algibeiras com o negocio da praia, deu tres arremetidas com a apódo dos quaes trazeiros, porque a verdade dos numero não admite aldrabices e falam sempre com a honestidade que o Galvão desconhece.

Não pôde ele negar o desastre da operação da praia, mas quer levar esse desastre á conta das imprevistas taxas cambiais, e ao facto de não ter sido pago em tempo a importância da cambial effectuada, arazo esse que é devido ao governo do marechal Hermes.

o mesmo que deu d'hecho a ganhar ao Galvão, em plena escala, e que arrazou literalmente o paiz, com applausos constantes do mesmo meuequeiro.

Explique o patife o casso como quiser, mas a verdade é esta: se o cambio não ficava ainda mais, os 11.805 contos que o governo recebeu em pratas cambiais, não estariam em seculo proximo 10.870.350.000 réis!

E foi para se chegar a isso que se não quis usar a cambagem na nossa Casa da Moeda, onde havia praia em quantidade. E' que, se assim se tivesse feito, o João Galvão não teria sido enjeo para encher as algibeiras, como encheu.

Por ser dia de despacho colectivo, não compareceram hoje á sessão os srs. Tavares de Lyra, ministro da Vição.

Occupam-se os honrem da alligação em que se acham alguns Estados da Federação, impossibilitados de satisfazer compromissos muito serios, assumidos no estrangeiro, com grave damno do credito do paiz em geral.

Não vac nas palavras que então escrevemos uma alligação infundada. Entre os Estados a que alludimos se encontra o do Maranhão, do qual se pôde dizer que já confessou, officialmente, aquella impossibilidade, deixando de consignar no seu orçamento votado este anno a verba necessaria para a amortização do emprestimo externo.

A divida externa do Maranhão, depois que o dr. Herculanio Parga, seu actual governador, fez recenrar para o Thezouro a metade dos oito mil duzentos e cinco contos de S. Luiz, eleva-se a 18 milloes de francos, ou seja, o cambio actual, cerca de 14 mil contos. Por esta somma tem que pagar o Estado, juros de 5 %, o que quer dizer — perto de 700 contos annuaes.

Juros, já os vem o Maranhão pagando desde 1911 e, a ditar do anno vindouro até 1942, isto é, pelo espaço de 31 annos, tem que pagar ainda a importância da amortização, que o cambio actual eleva a mais de 470 contos.

Essas duas cifras que, somadas, sobem a quasi 1000 contos de réis, são aterrorizantes, tratando-se de um Estado pequeno, que não chega a arrecadar mais de 2700 contos, que isso meo não arredaada sendo exigido sacrificio enorme a uma população empobrecida, e que, exactamente, porque tinha rendas deficientes e não podia com ellas manter-se e progredir, se sentia na necessidade de recorrer ao credito.

Accresce que o Maranhão tem também uma divida interna, representada em applicação, já antes do quadriennio passado, essa divida montava a mais de 2500 contos. No anno transacto, para se poder reagitar a divida flutuante, que ao alludido quadriennio foi feita, o Congresso autorizou ainda a emissão de apólices no valor de 2000 contos, e já uma avulsa somma deveu ao Estado por conta dessa nova operação. A titulo de juros de applicação paga, portanto, o Maranhão uma quantia bem elevada, que tem de ser adicionada á despesa com o emprestimo externo.

E' uma situação afflicta e do pobre Estado do Norte, e por maior que seja a boa vontade do dr. Herculanio Parga de se emhorar, não é obra essa que possa realizar no curto espaço da sua administração. Nem vemos como se poderá vir a realizar.

O governador maranhense, assediado de tantos e tão pesados compromissos, não pôde deixar de fazer um governo de méro existencia. Não ha margem para o tra coizido.

Ao que sabemos, nem ha mais no Maranhão a possibilidade do recurso ás medidas de economia. Já foram feitas os possiveis cortes na despesa publica, tendo-se chegado ao extremo, na dura contingencia em que se vê o Estado, de supprimir repartições como a de Hygiene, passando o respectivo serviço á Municipalidade, escolas publicas do interior e da capital, entre as quaes a Escola Normal, cujo ensino é hoje ministrado no Lyceu, e diversas comarcas.

Para se ter uma idea das côrtes que se fizeram, basta saber que a despesa organica do Estado, ali incluindo a importância dos juros do emprestimo estrangeiro e das applicações recentemente emitidas, não é mais superior á do organico fixava antes da necessidade de fazer face a esses novos casso.

Abusos de agentes da Prefeitura

Appello ao Prefeito Municipal

Não é esta a primeira vez que nos occupamos de um abuso, e abuso grave, praticado pelos fiscaes da Prefeitura, com o intuito de arranjarem multas que lhes fogueiam as algibeiras, fortalecendo tambem o Thezouro Municipal.

Uma postura do anno findo, estabeleceu para as casas retalhistas de generos alimenticios a obrigatoriedade de serem os generos, quando vendidos, acondicionados em caixas fechadas e tendo affixado em loga-forn visiveis distinctos indicadores das casas commerciaes vendedoras, sempre que essas casas façam a entrega nos domicilios dos compradores.

Todas as vendas e armazenas têm cumprido a postura, e não consta que tenha havido transgressões que dêem lugar á applicação das multas.

Se os commerciantes são obrigados a acondicionar os generos que vendem, segundo as disposições da postura, outro tanto não succede aos compradores, que conduzem para suas casas, pela forma por que ellemtendo dever fazer-o, os generos que compraram, e não ha lei, não ha principio nenhum de justiça que faça applicar aos commerciantes multas por actos que não sejam da directa responsabilidade delles, nem aos compradores de generos alimenticios, com os quaes nada tem que ver o código de posturas.

Ora, já ha tempos aqui nos occupamos do casso de um agente tido feito na rua a apprehensão de generos alimenticios que uma senhora comprara numa casa da rua do Rosario, e que um creado della conduzia para a sua residência. O agente queria á fim forza que o commerciante que vendia as mercadorias que tinham sido apprehendidas, e que elle ignorava quem fosse, assumisse a responsabilidade de as mandar entregar ao comprador, que era para depois elle, agente, poder applicar a multa e... embolsar a parte, porque o que ella pretendia fazer era simplesmente um assalto por meio indirecto á gaveta do commerciante.

Agora, chega ao nosso conhecimento o seguinte facto: o sr. Ayres Pinto, morador na rua Marquez 13, casa 2, comprou no dia 15 do corrente, no armazem da rua do Carreiro, 7 e 9, generos alimenticios no valor de 373.000. Paguei, recebeu recibo, devidamente sellado, mettem as compras num pequeno caixote que cobriu com um sacco, e porge, por estar doente de uma perna, não pôde conduzir o caixote, foi este levado por um carregador, estranho á casa commercial, até ao ponto dos bondes. Ali, posto o caixote no chão, esperava o sr. Ayres que passasse um bonde, quando appareceu um guarda municipal, que apprehendeu as mercadorias e as conduziu para a agência.

Estava-se, pois, em frente de uma illegalidade, de uma arbitrariedade bem visivel. Reclamando o sr. Ayres do agente a entrega dos generos que lhe pertenciam, obteve a seguinte resposta:

"— O commerciante que lh'os vendeu que mande um bilhete autorizando a entrega, que eu immediatamente lh'os restitua."

Os leitores estão comprehendendo o intuito: o agente praticou uma illegalidade; elle sabe que não pôde autuar o vendedor, porque não tem base para isso, e escaseiam-lhe motivos para assaltar a gaveta do commerciante, tendo por arma um auto de transgressão de postura. Mas se o commerciante cair na ingenuidade de assumir a responsabilidade da entrega dos generos apprehendidos, o agente cantará victoria, e terá assim, ainda que falso, um elemento de prova da pretendida transgressão!

O commerciante limitou-se a passar um recibo sellado, no dia 10, da importância que recebeu, e no dia 11, por solicitação do sr. Ayres, que de alguma forma quiz attender á absurda exigencia do agente, afim de receber as mercadorias que comprara, declarou num bilhete que, de facto, o sr. Ayres tinha comprado na sua casa, em data de 10, generos no valor de 373.000.

Mas o agente a nada se move: o homem quer por força apanhar o dinheiro ao commerciante, e agora ainda com a agravante de pretender embolsar duas multas: uma pela falta do acondicionamento, outra por pretido abandono do caixote com os generos alimenticios, o qual estava ao lado do seu legittimo dono, esperando a passagem de um bonde!

O homem não é doído, não, como se poderá suppor. Mas, attendendo a que a crise é grande, quer ver se consegue apanhar alguns cobres, seja por que processo for!

Exposto o casso, temos que appellar para o prefeito. O dr. Rivadavia Correa não quererá, estamos certos, jisso, admitir que os seus subordinados, mesmo que tenham o intuito de avolumar rendas para a Prefeitura, pratiquem illegalidades como a que fica narrada, e se apropriem da promissal alheia, para, por meios artificiosos, criminosos até, justificarem a applicação de multas.

O sr. Ayres Pinto, a victima da prepotência do agente do districto da Gloria, é um artista carpinteiro, e,

termo, mal ganhando para manter a vida honestamente, e que se viu de subito espoliado dos generos destinados a um mez de alimentação de sua familia.

Pedimos ao prefeito municipal a sua immediata intervenção, para que ao modesto operario seja restituído o que lhe pertence e lhe foi sequestrado, e para que o agente e os guardas da Gloria, fazendo cumprir rigorosamente as posturas, como devem ser cumpridas, não enveredem, todavia, pela illegalidade, como succede no casso de hoje nos occupamos.

O presidente da Republica assignou, hontem, uma mensagem dirigida ao Congresso Nacional, na qual solicita a abertura do credito de 2.350.000, para pagamento ao major Joaquim Vieira da Silva, em virtude de sentença judicial.

O sr. Aurelio Leal tem muito que fazer para abolir da policia a pratica de abusos que tornaram tristemente celebre a administração do Chico Labareda. Ao tempo em que esse sujeito foi chefe de policia, lançou-se não de um expediente muito commodo para fazer a policia preventiva.

Havia, por exemplo, uma certa zona onde se registavam conflictos. O Labareda não tinha mais a medir: ordenava que um grupo de agentes e guardas civis á palana investissem em determinadas logaras da zona em questão, fossem revistando a torto e a direito as pessoas que lá encontrassem, e as enviassem depois para o xadrez.

Era violento, mas era commodo, e estava dentro dos processos que no estado de sitio de oito meses do marechal Hermes eram utilizados a todos os momentos. Ficou-se com esse mesmo costume na policia. Ainda agora-hontem um estabelecimento commercial da praça de Tiradentes foi varado naquellas condições, a pretexto de serem encontrados possiveis conflictos por parte dos seus frequentadores do momento.

Ora, isso é positivamente um absurdo. Nem sempre se encontram em certos estabelecimentos commerciaes de zona mais ou menos frequentadas por muitos elementos pessoas nos casso de serem revistadas pela policia. Muitas dellas têm o direito de oppor-se a essa humilhação, porquanto positivamente não pertencem á ralé, que os agentes de policia procuram corrigir de maneira tão extravagante.

Essas e outras praticas de policia-mento é que o sr. Aurelio precisa proibir quanto antes.

No palacio do Catete esteve hontem á tarde uma commissão de operarios da secção de machados da Alfândega, composta dos srs. Oscar Bessa Ramos, Odilon Costa e Mario Augusto Brasil.

Essa commissão, que se ia entender com o chefe da secção, sobre interesses seus, na impossibilidade de faltar-lhe foi attendido pelo official do gabinete sr. Euzébio Marinho.

Mais dias se passam, e mais bandalheiras se descobrem na Central do Brasil. A administração passada deixou aquillo sufficientemente apodrecido. As roubafeiras ali descobertas começaram na estação da praça da Republica e terminam na mais distante estação da infeliz via-ferrea. Os personagens nesses envoltorios são apodrecidos. Conhecemos o nome de todos a gente.

Mas, apesar de tudo isso, até agora nenhum delles foi punido, até agora nenhum delles a justiça já exerceu a minima acção. Por que isso? Naturalmente, e isso é do dominio de todos, porque o director da Central ainda se dispõe a levar até as suas ultimas consequências os inqueritos que tem mandado abrir em verdadeiro segredo de justiça.

Convicto que está de que o sr. Frontiniano é a mais revoltante immundicia daquelle repartição, o publico esperava que essa immundicia fosse conhecida, divulgada, do mesmo modo que as medidas tendentes a castigar os cidadãos nesses envoltorios. Nada disso se viu, entretanto.

O certo é que os defraudadores dos dinheiros publicos, que pululam pela Central, nella continuam, sem que coiza alguma lhes aconteça. Pelo menos é esta a certeza, que tem a opinião, desconhecida por completo da acção do sr. Arrojado Lisboa, que se dizia seneador, e disposto, portanto, a limpar aquelle proprio nacional das ratazanas que por lá havia...

Por acto de hontem, do ministro da Fazenda, foi nomeado Bráulio da Silva Sales para o lugar de 2.º official adjuvado da Alfândega do Rio de Janeiro.

Da Noite, sobre o discurso do sr. José Bezerra:

Refutou tudo o que affirmou o sr. Rosa e disse que mesmo annullando as eleições pedidas pela sua opposição este ficaria com a maioria em votação.

Pela arithmetica eleitoral o resultado ficaria sendo 1 — 33 = 0.

Pela arithmetica eleitoral não sabemos.

O sr. Leite Ribeiro applaudiu, hontem, a resolução do prefeto, relativa ao serviço de salvagem em nossa praia.

Parabenizante, não se esquecerá o sr. Leite Ribeiro a prefeto quanto providencia para a salvagem dos não têm agos em casa e se vão banhar no oceano: a revolta se quando a. ex. protee os que não têm nem casa, nem agos, nem pão.

Hontem, na Triunfo, observamos aceso ao actor Campos a estreiteza da caixa do theatro.

E' uma boite, uma verdadeira tocinha.

Li isso e que não, protestou o Camarado assim que não entraram aqui publicis.

Falava-se sobre a blasme do divorcio conhecido pessoalmente de ex-morador.

— Foi eu te garanto que Alvorado houve, mas não de quem se imagina: o homem ha muito que no divorcio, mas da Opinião Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

— Parahena! Não sabia que também fosse amos hoje.

— Alto lá! Isso annos, annos. Vae para o diabo que te carregue com esse teu amor.

Opinão Publica.

Amorosos.

Sei qual ovidio hontem souba toda de raios:

1.000 fardos: vassalheiros, 570 lat
 1.000 fardos: baldios,
 1.000 fardos de oficial, 34 caixas: repoll
 9.000
 1.000 fardos vassos: 11 fardos e 800 pa
 tes: alho, 240 pipas; alho, 38 côlos
 Tricidos de algodão: 15 fardos;
 bos de ferro, 15; toucinho, 10 caix
 tapetes, 3 fardos; tomates, 756 cai
 e 1.250 balaios.
 Vinho, melão de barril.
 Xarope 1.021 fardos.
 Sacco
 K. 1

[illegible]

IMPOTENCIA

com pratica dos hospitais da Eur
evita a gravidez por indica
cientifica, sem prejudicar o orga
mo. Hemorrhagias, suspensões —
Residencia e consultorio: rua Sete
Setembro n. 186, sobrado. Das 9 h
e de 1 a 4 s. Telephone 1.591 Cen
Consultas gratis.

Grandes saldos de diversos artigos a preços sem precedentes

